

RESENHA

Prendre pari – pour une sociologie historique du PCF

De Bernard Pudal, Paris,
Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1989.

por Marcelo Ayres Camurça Lima

A originalidade do livro de Bernard Pudal consiste em revelar a **especificidade comunista** com relação aos outros partidos da República francesa. Essa especificidade residiu na capacidade de o Partido promover a ascensão de segmentos de extração **operária** aos cargos de conselheiros municipais, parlamentares, prefeitos e a outras esferas do mundo da política. Desta forma, o Partido colocava-se na contramão do processo "natural pelo qual os operários somente conseguiam exercer algum poder político seguindo por 'carreira', trilhada dentro de uma empresa, de seleção, formação e promoção de 'operários-padrão'" (p.11). Logo, uma ascensão sob a tutela da burguesia, que desenraizava os operários de seu lugar de origem.

Essa característica do PCF, que o distinguiu de "todos os partidos políticos franceses pela taxa elevada de operários, dentre seu pessoal político, ocupando [...] postos estratégicos na organização" (p.10), tornou-o um esteio contra o "processo de ilegitimidade cultural e social" a que estavam submetidos "os agentes sociais pertencentes às classes populares" (p. 11)(1). A todos os egressos das camadas populares que foram recusados na trajetória de ascensão particular ao "mundo burguês", o PCF ofereceu uma forma de reconhecimento social que tomava o caminho inverso, que "os levava de volta à sua classe", que "os remetia ao seu lugar" (p. 109). Com o projeto comunista, descortinase para esses desafortunados uma outra estratégia de afirmação social que não mais se daria no "universo burguês". Essa estratégia pode ser resumida neste princípio: melhor do que estar dentre os últimos de uma classe superior é figurar dentre os primeiros da classe operária; ou, na alegoria de Goffman, "transformar a bengala em taco de golfe" (2).

Não é à toa que a *intelligentsia* política francesa promove todo um processo de desqualificação desses quadros operário-comunistas como políticos, sublinhando sua "mediocridade", "falta de cultura", ironizando seus "erros de francês" e a "lentidão de raciocínio" (p. 12). Isso tudo porque não se conforma com o êxito desses "agentes social e politicamente ilegítimos" quando ingressam no **campo político** (3).

Mas sob a "coerência aparente" do PCF como "empresa de subversão", ele termina por reproduzir o "sistema de classificação dominante", que consegue impor "suas leis à lógica da revolta" (p. 12). Torna-se necessário, portanto, para Pudal, servir-se de uma sociologia histórica que busque compreender dois aspectos: "a ruptura proclamada e parcialmente realizada" e as "limitações que a compõem e contradizem" (p. 13).

O tipo de pensamento que preside a lógica comunista, de "cunho substantivista", opera tomando como dada a figura do Partido, reificando-o. Esse pensamento examina apenas seus programas, estruturas de organização, deixando sem análise, contudo, "o próprio enigma da existência de um **ser coletivo**, aqui, **o Partido**, ou seja, o conjunto de operações pelas quais os agentes sociais se comunicam em seu nome" (p. 13). Faz-se mister, portanto, tratar a "empresa comunista" não como uma **coisa**, mas revelá-la como um produto de práticas sucessivas, reagrupadas e redefinidas por um trabalho simbólico posterior (p. 29). Esse mecanismo de reagrupamento e representação, que atinge sua finalidade ao "objetivar" essas práticas em um "antropomorfismo", selou o coroamento do trabalho de imposição de um "sentido unitário que dissimula a multiplicidade de séries causais largamente independentes umas das outras" (p. 29). Logo, para Pudal, a tarefa é desconstruir esse **ser coletivo**, de modo a reconstituir os processos históricos pelos quais os atores, na sua diversidade, se agregam e se institucionalizam.

Por meio de uma análise da sociedade, Pudal tentará "desnaturalizar" o mito reproduzido pela história do Partido, este "ser-coletivo" que inscreve uma trajetória causal-genética de continuidades e coerências.

A Internacional Comunista funcionou mais como um "pretexto" para agregar os jovens filiados ao Partido Socialista - camponeses, operários e intelectuais -, que, desprovidos de **capital social**, se viam impedidos de se representar no **campo político** pelo "pessoal socialista profissionalizado" (fossem eles professores universitários, advogados, conselheiros de Estado dotados de recursos sociais, culturais e políticos, fossem militantes operários "notáveis"). A imputação de traição que os representados lançaram sobre seus representantes materializa-se na acusação de que estes "agarravam-se aos cargos", e que aqueles desejavam ter um investimento direto na política.

Ao estabelecer sua **sociogênese**, Pudal chegará ao "nascimento" do Partido Comunista no Congresso de Tours (1920), não como "uma resposta pensada à política de colaboração de classes do Partido Socialista" - no dizer de Georges Marchais (4) -, com a conseqüente adesão consciente à Internacional Comunista, mas como uma tentativa de legitimação daqueles que, despossuídos de capital político, buscam na autoridade soviética "um ponto de apoio para sua empreitada na conquista de postos".

Na verdade, por trás do "ser-coletivo-PCF", existem grupos que fizeram o Partido e que foram por ele feitos. Ao examinar esta dinâmica, encoberta pela história oficial do PCF, a sociografia de Pudal irá detectar "práticas operárias" que não nasceram com o PCF, mas que foram trazidas para dentro dele pelo grupo dissidente do PS, que aderiu à IC. A identidade comunista, segundo Pudal, não está inscrita neste seu coletivo desde o evento fundador, mas foi se constituindo no processo de adequação dos interesses dos portadores desta cultura operária nacional - que investem na "aventura comunista" como forma de obter reconhecimento social - com as regras da instituição comunista.

Pouco a pouco, do conglomerado inicial que aderiu ao projeto comunista, irá se destacando um grupo que vai identificando no "padrão comunista" a resposta para suas expectativas, e, com isso, irá adquirindo um *savoir-faire* que torna esses militantes "procuradores especializados" nos padrões do que é permitido e proibido na instituição. Esse processo engendrará um "núcleo estável" na organização, unificado em torno de um "sistema de classificação" comum.

Este será, contudo, o ponto de chegada de um percurso que se inicia em 1920, culminando em 1936. Ao longo desse percurso, o Partido irá atravessar períodos de experimentações e adaptações, até chegar ao "ponto ótimo" do período thoreziano. Houve, dentre esses períodos, o de "proletarização" (linha política de classe x classe, 1928-1932), que serviu para fixar "zonas sociológicas de influência", depurando de seu seio todos os elementos que, dotados de capital político, eram capazes de rivalizar com a orientação oficial e assentar os quadros majoritariamente operários que iriam ocupar o cenário político no período seguinte.

A "prova-de-fogo" irá ocorrer em torno da "crise de 39" (ano do Pacto Germano-Soviético), revelando a nova faceta de estabilidade do PCF. Bernard Pudal, por meio de um levantamento das **permanências e demissões** do Partido em virtude desse fato central na conjuntura da época, constata a existência de um "núcleo estável", atado por "ligação fusional" ao PCF, ao lado de um segmento flutuante que apenas adere ao Partido. Os elementos do "núcleo estável", a despeito da aliança entre comunistas e nazistas - repudiada em toda a Europa -, permanecem no Partido, pois, oriundos do **sindicalismo militante**, interpretarão o fato como uma prova da "não-degenerescência burguesa" do PCF, que se recusa a fazer coro com o "nacionalismo" dominante na burguesia. Imbuídos de uma "indiferença com relação ao evento político", não se importavam em se isolar do resto dos políticos de todos os matizes - A. Mouton e E. Fajon ficarão sozinhos na defesa do Pacto no Parlamento francês (p. 87) -, desde que se garantisse a manutenção do *esprit de corps*, salvaguarda e passaporte desse segmento para o **campo político** (pp. 56-87).

A pesquisa sociográfica de Pudal vai refazer todas as biografias, histórias de vida, testemunhos, entrevistas e romances produzidos pelas instituições comunistas, tomando, porém, essa literatura para além da *sociodicéia* (p. 127) de que ela é "veículo. Ao submeter esse acervo de propaganda e de justificativas a uma acurada análise sociológica, Pudal revela que o "núcleo estável", coluna vertebral do Partido, é na verdade menos "operário" do que se faz crer. De origem proletária, ainda proletários no início da carreira, esses elementos encontram-se em processo de "deslocamento" ascendente no campo socioprofissional - e, portanto, vivendo um processo de estranhamento e rejeição com relação ao "mundo burguês" por causa de suas origens - quando fazem sua opção política pelo PCF. O "operário-padeiro" Genier torna-se auxiliar de contabilidade; o "mineiro" Thorez começa a trabalhar em escritório, o "metalúrgico" Langumier presta dois vestibulares e torna-se jornalista etc. (pp. 87-SS). Esse segmento composto por elementos detentores de capital escolar superior ao de seus pares, autodidatas em seu percurso de ascensão, vai encontrar toda sorte de discriminação no "mundo burguês", preferindo, dessa forma, ser "operário por escolha", identificando seu destino individual ao de sua classe de origem (p. 131).

A análise sociográfica (demográfica, social, escolar, ideológica) de Pudal, em sua busca da **especificidade sociológica** do "núcleo estável" do PCF, passa então a reconstituir a trajetória daqueles que formarão o "grupo fundamental", os "quadros thorezianos" do Partido, chegando à seguinte conclusão: todos tiveram educação pós-elementar; autodidatas, cultivaram o hábito de leitura; tiveram mentores intelectuais e incentivadores nos momentos iniciais; viveram processo de deslocamento socioprofissional que os desenraizou de suas origens, conduzindo-os aos limiares das camadas médias.

De origem proletária, esses elementos descobrem que não basta ser um "bom aluno" para fazer carreira. Desprovidos de capital social, aqueles que lograram romper as barreiras de sua classe e entram no "mundo dos outros" descobrem que não há, ali, lugar para eles. Desistem de continuar os estudos superiores, pois isso significaria um processo de ruptura com seu *ethos* operário. Decidem, então, por uma carreira técnica de operário qualificado. Essa vivência dolorosa do "mundo dos outros", porém, desperta neles o **engajamento político**. Elegem, portanto, o socialismo como o horizonte possível que abarca suas aspirações: "O ponto de encontro e fricção das duas culturas", no dizer de Hoggart, "pois ele [socialismo] tem o universalismo da cultura burguesa, tendo, ao mesmo tempo, o apelo voltado para "a sua classe de origem".

Esses elementos "conciliam o irreconciliável", uma vez que o retorno às camadas populares se torna incompatível com as "informações escolares e culturais adquiridas". O impasse é resolvido pela fórmula "servir ao povo", "afastar-se, permanecendo fiel a ele" (p. 245). Participando desses dois universos, eles representam a classe operária em uma "fiel infidelidade" que lhes permite viver "o seu carreirismo como um anticarreirismo" (p. 133).

Partido oferece, a seus futuros quadros, ajuda na "superação de sua ilegitimidade, com a condição de explorar em seu proveito [do Partido] esta ilegitimidade" (p. 182).

Uma leitura atenta das tabelas que Pudal apresenta em seu livro indica que os militantes que tinham apenas o ensino primário elementar ocupavam os postos sindicais ou as secretarias regionais do Partido, ao passo que os que possuíam educação superior encontravam-se nos domínios em que imperava a arte da escuta: imprensa, propaganda, educação. Mas nenhum deles figurava no *bureau político* ou no secretariado do Partido. Aí apenas estavam aqueles que tinham educação pós-elementar, os autodidatas que fizeram, com êxito, mas com traumas, o percurso para fora de

sua classe, reconciliando-se com ela por meio do elo político do PCF. Nos gráficos de Pudal, a direção do PCF, no período de apogeu (1936-1939, *Fronc Populaire*), é composta por uma maioria de jovens - média de 39 anos -, com experiência política adquirida dentro do Partido, com títulos escolares da faixa de pós-elementar, e que obtiveram esse destaque político graças à sua **função no dispositivo internacional comunista** (p. 59).

Maurice Thorez, o secretário geral, encarna pessoalmente o tipo do militante autodidata que conseguiu se cultivar. Organizando escrupulosamente sua vida intelectual, reuniu cultura - "acumulação primitiva de capital cultural": aprendeu a falar alemão (para ler *O capital* no original), russo, latim, leu toda a literatura francesa clássica e visitava com frequência museus e exposições, sem, no entanto, deixar de ser um "filho do povo".

A conquista de um lugar no **campo político** relativiza o papel do PCF como "empresa de subversão". Dessa forma, o Partido termina por incorporar em seu projeto de "subversão de valores" uma "divisão do espaço social" (p. 17) com seus adversários. Esse grupamento de quadros comunistas funciona como um "intelectual da instituição" que concorre com outros intelectuais de instituição (o padre rural e o professor primário) pelo "enquadramento" dos profanos. Todos têm em comum o fato de possuir "a autoridade dos saberes produzidos" e de depender das "instituições de enquadramento" para a formação e gestão da população; cada qual é eleito pela instituição para servi-la e todos vivem sua missão como vocação. Fruto da convivência disputada no **campo político**, o "intelectual orgânico comunista" termina por se identificar com os modelos que combate e deseja subjugar (pp. 16-17).

Por isso, Pudal também relaciona a crise do PCF com a crise da Igreja e do ensino, todas elas **crises de reprodução de quadros**. Os quadros outrora recrutados no meio popular dentre os que tinham ensino pós-elementar, e que pelo acesso à instituição viabilizavam seu desejo de ascensão social, agora são exíguos, principalmente pela generalização do ensino secundário e pela desvalorização do diploma escolar. Desse modo, empresas especializadas passam a recrutar a elite escolar de origem popular, retirando da Igreja, da escola e do PCF seus quadros potenciais (p. 31). Além disso, o prestígio dessas "identidades institucionais" (padre, professor, militante comunista), relacionado à autoridade e ao enquadramento das populações, decaí consideravelmente, graças à competição, no mercado, com as opções profissionais.

A análise sociográfica a que Bernard Pudal submeteu o PCF pode ser fecunda para a análise das organizações e partidos de esquerda no Brasil, que poderiam ser mais bem compreendidos se examinados a partir do enfoque de critérios demográficos, sociais e educacionais.

A origem social e a formação escolar são fatores que também permitem explicar o perfil partidário e o programa político dos agrupamentos da esquerda brasileira, tal como foi demonstrado com felicidade por Leôncio Martins Rodrigues(5) em estudo sobre o PCB. Relacionando a origem dos membros do PCB (em duas fases de sua existência) com a linha política praticada, Leôncio revela que, desde a fundação até 1930, o Partido foi majoritariamente composto por **operários manuais** egressos do **anarquismo**, o que deu ao PCB uma feição **classista e sindicalista**, voltada fundamentalmente para as demandas operárias.

Depois de 1930, o PCB passa a recrutar seus quadros na classe média (jornalistas, professores), em meio a profissionais liberais (médicos, advogados) e no Exército (tenentes e capitães), pessoas provenientes dos estados do Nordeste, do Sul e do interior do Rio de Janeiro; ou seja, estados periféricos no comando da política nacional da época; estados de onde saíam, mandados pelas **famílias tradicionais decadentes**, os jovens, para serem reeducados no meio urbano, sob os auspícios do **Estado**, ocupando cargos de **funcionários públicos ou militares**. Assim foi com Prestes, Agildo Barata, Otávio Brandão, Astrojildo Pereira e tantos outros.

É interessante notar que é também desse extrato social que sairão os futuros dirigentes da nação (os vitoriosos de 30), que irão implementar o crescimento do Estado no Brasil (Getúlio Vargas, Juarez Távora, Góes Monteiro, João Alberto). Desse modo, será possível traçar conexões entre o partido da subversão e o partido da ordem (dentre os insurrectos de 35, os comunistas Leivas Otero e o tenente Lamartine Coutinho eram respectivamente irmão e sobrinho do secretário particular de Vargas e do secretário de Justiça de Pernambuco, como também Prestes tinha ex-comandados e ex-companheiros da Coluna em postos-chave no governo). Também se pode detectar, entre os dois pólos, afinidades de concepções: defesa intransigente do papel do Estado, desenvolvimento econômico e soberania nacional (nacionalismo) e um desprezo com relação à sociedade civil, à autonomia e à democracia.

Notas

1 - Pudal cita LAVAU, Georges (1981), *A quoi le Parti Communiste Français?*, Paris, Fayard: "uma das razões de ser do Partido Comunista não é colocar fim nessa incapacidade política da 'classe operária' e de todos aqueles que não detêm os capitais necessários para ter uma existência política autônoma?" (p. 39).

2 - GOFFMAN, Erwin (1975), *Stigmaté*, Paris, Minuit, p. 40.

3 - Pudal cita o dirigente comunista Marcel Cachin: "Nossos inimigos pensavam estar desacreditando nossos camaradas candidatos [...] lembrando sua origem de trabalhadores: "Esse não passa de um garçom, e o outro nada mais é do que um jardineiro! O outro é um desempregado. Este paga um aluguel de 600 francos, um guarda-fiscal e ainda por cima desempregado... Como "essa gatinha" pode se candidatar?" (p. 212).

4 - MARCHAIS, Georges (1980), "Discours du 60ème anniversaire du PCF", *L'Humanité*, 22 de outubro.

5 - RODRIGUES, Leôncio M. (1981), "O PCB", in Vários autores, *História geral da civilização brasileira*, São Paulo, DEFEL, T. 3, v. 3.

O sindicalismo de Estado no Brasil. Uma análise crítica da estrutura sindical,

De Armando Boito Jr.,
São Paulo, Unicamp / Hucitec, 1991

Por Regina Reyes Novaes

O sindicalismo de Estado no Brasil, é um livro que "defende uma tese", no sentido pleno da expressão. Para seu autor, existe no Brasil um sindicalismo de Estado que deve ser analisado, ao longo de sua história, como um sistema funcionalmente integrado que mantém uma conexão objetiva com o interesse político da burguesia.

Como sistema que articula elementos de uma totalidade integrada, o sindicalismo de Estado fixa limites intransponíveis para a prática sindical; limites cuja função exclusiva e permanente é desorganizar o movimento sindical das classes trabalhadoras, por meio da ideologia da legalidade sindical, que, por sua vez, é a manifestação da ideologia populista.

Em busca de rigor teórico, o autor utiliza o conceito althusseriano de estrutura e passa a demonstrar sua tese estabelecendo as invariantes estruturais daquele sistema. A investidura sindical outorgada pelo Estado, a unicidade sindical que garante a existência do sindicato único estabelecido por lei, as contribuições obrigatórias por força da lei, extensivas a todos os trabalhadores sócios ou não sócios dos sindicatos - estes seriam elementos "sempre" presentes, para além das fases históricas e das situações conjunturais.

Essas invariantes estariam, na análise de Armando Boito Jr., relacionadas com "características estruturais" do sindicalismo de Estado, a saber: a dispersão de trabalhadores, a seleção de lideranças burguesas e o desenvolvimento do culto populista do Estado. Tudo isso torna o sindicalismo de Estado dependente da bloco no poder.

No esforço de compreender o que aconteceu "sempre" e "necessariamente" no âmbito do sindicalismo de Estado, o autor reúne e faz uso de um grande número de informações presentes em outros estudos sobre sindicalismo. Utiliza igualmente entrevistas e observações de campo, documentos, impressos e brochuras do movimento sindical e popular, órgãos de imprensa e fontes estatísticas. Desta forma, ele nos oferece um panorama amplo tanto da bibliografia existente quanto dos principais eventos e polêmicas internas ao campo sindical brasileiro.

Na realidade - é preciso salientar -, o livro de Armando Boito Jr. não economiza polêmicas. Ele próprio as anuncia, e a seu respeito previne o leitor, seja quando aponta "erros" de interpretação de autores consagrados na literatura sociológica sobre o tema, seja quando se refere às principais correntes sindicais existentes, classificando-as de "legalistas de direita" e "legalistas de esquerda". Nesse contexto, destaca a "adesão" da CUT ao sindicalismo de Estado e discorre sobre o "legalismo cutista".

É interessante observar que a própria bibliografia utilizada já suscita polêmicas. De início, a marcante presença de Althusser surpreende o leitor dos anos 90, pois, para muitos de seus antigos seguidores, Althusser deixou de ser, hoje, uma "referência teórica obrigatória".

Mas é a maneira de usar a bibliografia que revela as disposições de Armando Boito Jr. Ao retomar e demonstrar o alcance explicativo do marxismo estruturalista nos dias atuais, Boito, "defendendo sua tese", explicita e enfrenta ao mesmo tempo as polêmicas clássicas e os problemas do sindicalismo contemporâneo. Neste sentido, o livro tem uma "idéia forte". Mesmo brigando com a idéia, o leitor pode apreciar o livro, pois sabe para onde o autor quer conduzi-lo: em um tempo em que proliferam trabalhos que reafirmam sobretudo as declarações de "crises de paradigmas", esse é, a meu ver, outro grande mérito do texto.

A rigor, recomendar uma leitura não é necessariamente concordar com a tese central e com as argumentações do autor. Pergunto-me se, ao buscar a "estrutura" e ao generalizar suas conclusões por meio de "invariantes e características estruturais", Armando Boito Jr. não deixou de lado aquela que poderia ter sido sua maior contribuição: articular as situações particulares ao modelo estrutural geral que ele próprio construiu. Explicitando paradoxos e impasses presentes nas situações sociais em que se processam os confrontos ou se constroem consensos, o autor padaria até - coma era seu objetivo - demonstrar a reprodução da estrutura do sindicalismo de Estado. Mas faria isso não de forma a minimizar - por antecipação ou por decreto teórico - as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade brasileira sob os efeitos de diferentes composições e correlações de força.

Por vezes, o Estado apresentado em *O sindicalismo de Estado no Brasil* não parece feito por homens históricos e reais vivendo em contexto de flagrantes desigualdades sociais. Esses são contextos em que a eficácia da lei - necessária para a própria dominação - depende fundamentalmente de sua capacidade de projetar a imagem de igualdade e universalidade das normas legais, o que, em situações de conflito, impõe

restrições às ações dos grupos dominantes.

Para argumentar em favor dessa concepção, nem é preciso remeter a Edward Thompson e ao seu *Senhores e caçadores do século XVIII*. No Brasil agrário, a "lei do sindicato" é acionada em um complexo campo de lutas em que expedientes do poder privado dos grandes proprietários de terra e uma série de mediadores, inter e intraclases, enfrentam-se para se apropriar da máquina sindical. É verdade, como aponta Boito Jr., que as lutas no campo não passam necessariamente pelos sindicatos. É verdade também que a maior parte dos sindicatos de trabalhadores rurais não se caracteriza pelas lutas reivindicatórias. Entretanto, como demonstram muitos trabalhos antropológicos e sociológicos, não é possível falar em Ligas Camponesas, Comissão Pastoral da Terra ou Movimentos de Trabalhadores sem Terra sem analisar suas relações - como ponta de partida ou ponto de chegada - com o sindicalismo oficial. A despeito dos "pelegos" e da burocracia sindical, frente às bem conhecidas evidências da arbitrariedade patronal no campo, não há como abrir mão do sindicalismo, justamente porque ele é "oficial". Ou seja, esse sindicalismo, ao justificar-se a partir de uma retórica de igualdade, traz consigo a virtualidade de inibir o exercício da força sem mediações.

Quanto às correntes sindicais no campo e na cidade, o autor concorda que haja variações conjunturais e que "uma conjuntura mais favorável aos trabalhadores pode propiciar uma redução do contingente de diretorias pelegas". Mas, para ele, é importante ressaltar que nem mesmo essa situação permite que se imponha uma derrota ao peleguismo como corrente nacionalmente organizada, e nem que se suprimam os limites estruturais que se impõem à ação das correntes sindicais antipelegas".

Ora, parece-me que com esse raciocínio não se exploram todas as conseqüências da situação em foco. Considerando-se os diferentes pesos econômicos das categorias de trabalhadores e as disputas entre correntes sindicais no interior de uma mesma categoria, podemos inverter a pergunta: quais os efeitos da mencionada "diminuição de pelegos" - em determinada categoria profissional e em determinadas disposições de forças sociais - para o conjunto do sindicalismo?

Questão similar coloca-se quando Boito Jr. procura demonstrar a força da estrutura sindical no mundo do trabalho e o enquadramento do sindicalismo em uma perspectiva de retaguarda, principalmente dos sindicatos pequenos, interioranos, e naqueles com base em pequenas e médias empresas. Os casos que aí não se enquadram são tratados como exceções que confirmam a regra, isto é, que confirmam o funcionamento do "sistema sindicalismo de Estado". Até que ponto lutas mencionadas por outros estudiosos, como as dos operários de Morro Velho, Leopoldina, José Monlevade e Cataguases (MG), Perus (SP), Paulista e Macaxeira (PE), Xerém e Volta Redonda (RJ), Fernão Velho e Rio Largo (AL), podem ser pensadas apenas de uma perspectiva de retaguarda? Acredito que a inversão das perguntas e a maior exploração das drainadas "exceções" poderiam também contribuir para a análise do sindicalismo na complexidade e na dinâmica do paradoxo capitalista.

Há, contudo, um outro mérito a ser ressaltado no trabalho de Boito Jr. Ele não apenas dificulta as avaliações apologéticas do "novo sindicalismo", baseadas na exaltação das "virtudes" de seus dirigentes e aliados, mas também - embora possa não ter sido este o objetivo do autor - contribui para questionar avaliações críticas derrotistas que, via de regra, enfatizam somente os "defeitos" das lideranças, ou, em outros termos, os "desvios da direção". Isso porque, ao sociologizar as questões, o autor destaca em sua análise os condicionantes polícticulturais que produzem efeitos sociais, a despeito da vontade, das crenças e das intenções dos agentes envolvidos. Passar da oposição para a direção sindical é, como colocam os próprios entrevistados, enfrentar a "máquina sindical", "a máquina que atropela tudo", é perceber que "a casa está cheia de goteiras, de rachaduras, e que o alicerce da casa está com problemas, é de barro, não é de pedra" (p. 244).

Assim parece ser a realidade. No livro, porém, o autor - a partir de outras referências históricas e bibliográficas - indica como ela deveria ser, isto é, propõe caminhos e meios em direção a uma unidade entre sindicalismo e revolução. A partir das suas opções teóricas, pode-se entender, mesmo sem delas compartilhar, suas certezas e previsões.

Ainda deixando de lado uma série de questões que *O sindicalismo de Estado no Brasil* coloca, ficam aqui essas indicações sobre como é instigaste o livro de Armando Boito Jr., pois é um livro que provoca a reflexão.

Regina Reyes Novaes é professora do Departamento de Ciências Sociais e do curso de mestrado do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

Sistema eleitoral brasileiro: teoria e prática,

Organização de Olavo Brasil de Lima Júnior,
Rio de Janeiro, Rio Fundo Ed. / IUPERJ, 1991.

Por Maria Tereza Aina Sadek

Em abril de 1993, os eleitores brasileiros serão chamados a se pronunciar a respeito do sistema e da forma de governo. Qualquer que seja a opção que venha a prevalecer, a questão do sistema eleitoral certamente irá constar da agenda de reformas a ser estabelecida. Mesmo sabendo-se que não existe uma relação unívoca entre sistema de governo e sistema eleitoral, admite-se amplamente que o segundo é uma variável potencialmente influente, atuando sobre a conformação do sistema partidário e da representação política.

Conhecer as leis eleitorais, seus princípios, suas implicações para o conjunto do sistema político são balizas indispensáveis para a tomada de posição no debate que seguramente irá se acentuar em futuro próximo. Manifestações sobre as regras atuais têm se repetido, dividindo analistas e políticos, tornando públicos argumentos tanto sobre efeitos perniciosos como sobre virtudes. A problematização do atual sistema eleitoral terá que ser enfrentada. Ela será tema da revisão constitucional, prevista para o próximo ano, e já vem sendo anunciada pelos projetos parlamentares atualmente em curso.

A coletânea *Sistema eleitoral brasileiro: teoria e prática*, organizada por Olavo Brasil de Lima Jr. e composta por cinco artigos, traz uma importante contribuição para este debate.

Estudos acadêmicos sobre os sistemas eleitorais são relativamente recentes no Brasil. Isso não significa, entretanto, que a preocupação com o tema seja igualmente nova, nem que exista um consenso sobre o seu significado. O país já experimentou mais de uma dezena de diferentes legislações eleitorais, todas elas precedidas de intensas discussões.

Nesse particular, não nos diferenciamos de nossos vizinhos latino-americanos ou das recentes democracias européias. Apenas como exemplo, o México, de 1812 a 1977, produziu nada menos do que 66 leis eleitorais; El Salvador, cinco, nos últimos 25 anos; Honduras, dez, desde 1924. Cumpre ressaltar que mesmo as democracias mais antigas também alteraram diversas vezes seus sistemas eleitorais, só que as últimas reformas datam da primeira metade deste século (a França é uma exceção).

A quantidade de mudanças reflete desacordos sobre compromissos anteriormente assumidos. Empiricamente, pode-se dizer que os sistemas eleitorais são o resultado de compromissos entre as principais forças políticas a respeito da fórmula de conversão de votos em cadeiras parlamentares. Não se trata, pois, de um conjunto de regras inócuas ou mesmo de uma questão que se resolva exclusivamente no campo mais abstrato da teoria.

Há, como se sabe, dois princípios antitéticos de representação - o majoritário, ou de pluralidade, e o proporcional - aos quais correspondem dois grupos de sistemas eleitorais: os majoritários e os proporcionais. Os dois princípios supõem diferentes objetivos, sem que isso signifique, contudo, do ponto de vista qualitativo, dois tipos de democracia, como se houvesse, a princípio, uma democracia melhor do que outra.

Enquanto o princípio majoritário valoriza a formação de maiorias, o princípio proporcional busca refletir, da maneira mais fiel possível, a variedade social e sua correspondente representação no Parlamento. A diversa finalidade dos dois princípios implica julgá-los de acordo com tais funções, e não a partir de critérios que lhes sejam estranhos. Isso não significa, é claro, que sejam excluídas as análises comparativas, ou mesmo que não se salientem vantagens e desvantagens; mas sempre há o risco de se emitirem juízos normativos a partir de critérios que se apóiam em princípios distintos.

O debate contemporâneo a respeito dessas questões tem se singularizado pelo abandono de posições normativas e pela superação do mero confronto dos dois princípios. A literatura internacional especializada tenta levar em conta o contexto sóciopolítico e principalmente a variedade de subtipos que compõem os sistemas eleitorais. Tanto a representação majoritária quanto a proporcional admitem mais de um sistema eleitoral.

É nesta perspectiva que se situa o bem construído artigo de Nelson Rojas de Carvalho. Nele, recupera-se a discussão clássica sobre a representação e os diferentes sistemas eleitorais, bem como as controvérsias e implicações das regras eleitorais sobre o conjunto do sistema político. Quer pela clareza da exposição, quer pelo rigor na interpretação das experiências internacionais e do debate sobre os vários sistemas, pode-se afirmar que se trata de um primoroso artigo, de leitura indispensável. Escapando de simplificações grosseiras, Nelson Rojas de Carvalho insere a problemática dos sistemas eleitorais nos registros teórico e empírico.

Os demais artigos que integram a coletânea referem-se mais especificamente às experiências brasileiras. Todos eles têm como paradigma o ideal de "justiça" da representação proporcional. Deste ponto de vista, todos elaboram análises que destacam os principais atributos de nossa legislação eleitoral e suas conseqüências.

Esse paradigma é explorado no artigo assinado por Olavo Brasil de Lima Júnior e Fabiano G. M. dos Santos. Os autores destacam que a justiça distributiva implica, tanto do ponto de vista partidário quanto da perspectiva do eleitor, uma maior aproximação "do ideal de representação perfeita, que aritmeticamente se traduz pela igualdade entre porcentagem de votos e de cadeiras" (p. 151). O confronto do modelo ideal com a fórmula eleitoral utilizada no país mostra significativos afastamentos, que se revelam no peso desproporcional dos estados, na desigualdade no tratamento dos partidos políticos e do eleitor individual.

A distância entre ideal e prática é igualmente explorada nos textos de José L. Dias e Jairo C. Nicolau. O primeiro enfatiza as peculiaridades de nossa legislação no que tange ao registro de chapas e ao número de candidatos, bem como no que se refere à possibilidade de coligações. Esses são mecanismos que aumentam o custo de informação para o eleitor e diminuem substancialmente o grau de inteligibilidade do processo eleitoral. O segundo, por sua vez, após traçar um histórico dos diferentes métodos adotados no Brasil, demonstra os efeitos que as diversas fórmulas eleitorais, a magnitude dos distritos, a cláusula de exclusão e a desigual distribuição de cadeiras entre os estados têm sobre a proporcionalidade.

Ainda nesta perspectiva situa-se o artigo de Antonio C. A. dos Reis, que faz uma análise sofisticada da influência de fatores socioeconômicos e espaciais sobre os resultados das eleições presidenciais de 1989, propondo uma classificação de diferentes formas de participação eleitoral.

Sistema eleitoral brasileiro: teoria e prática é sem dúvida uma referência indispensável à compreensão da problemática eleitoral brasileira. Tudo indica que é imperativa à reformulação das regras, quer no sentido de tentar corrigir distorções da fórmula atual, assegurando maior proporcionalidade, quer, diferentemente, buscando estabelecer um sistema misto, em que sejam introduzidos mecanismos que produzam efeitos de redução na proporcionalidade e/ou na quantidade de partidos com possibilidades de ocupar cadeiras no Parlamento. A coletânea organizada por Olavo Brasil de Lima Júnior é um ponto de partida para essa reflexão. E os projetos de construção institucional que se pretendam democráticos e estáveis dependem de um sólido ponto de partida.

Maria Tereza Aina Sadek é professora do Departamento de Ciência Política da USP e pesquisadora do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo.